



Processo nº 13116.900630/2015-15

Recurso Voluntário

Resolução nº 3401-002.762 – 3^a Seção de Julgamento / 4^a Câmara / 1^a Turma
Ordinária

Sessão de 27 de julho de 2023

Assunto CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Recorrente CDA ALIMENTOS S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL

Interessado FAZENDA NACIONAL

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência para determinar à Dipro/Cojul a vinculação dos autos do processo principal nº 13116.722722/2015-58 ao presente processo decorrente, assim como, solicitar o sobremento do julgamento do presente processo até a decisão definitiva no CARF relativa ao processo principal. Este julgamento seguiu a sistemática dos recursos repetitivos, sendo-lhe aplicado o decidido na Resolução nº 3401-002.758, de 27 de julho de 2023, prolatada no julgamento do processo 13116.900631/2015-60, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

(documento assinado digitalmente)

Marcos Roberto da Silva – Presidente Redator

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Renan Gomes Rego, Carolina Machado Freire Martins, Ricardo Rocha de Holanda Coutinho (suplente convocado(a)), Matheus Schwertner Ziccarelli Rodrigues, Ricardo Piza di Giovanni (suplente convocado(a)), Marcos Roberto da Silva (Presidente). Ausente(s) o conselheiro(a) Fernanda Vieira Kotzias, substituído(a) pelo(a) conselheiro(a) Ricardo Piza di Giovanni.

Relatório

O presente julgamento submete-se à sistemática dos recursos repetitivos prevista no art. 47, §§ 1º, 2º e 3º, Anexo II, do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015. Dessa forma, adota-se neste relatório substancialmente o relatado na resolução paradigma.

Trata o presente processo de Recurso Voluntário interposto em desfavor de Acórdão proferido Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, que julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade e não reconheceu o direito creditório pleiteado.

Versa o presente processo sobre pedido de ressarcimento concernente a créditos de PIS-PASEP/COFINS, o qual fora totalmente reconhecido pelo Sistema de Controle de Crédito (SCC).

No entanto, o pedido de ressarcimento sofreu revisão de ofício do dito reconhecimento pela SCC, tendo por base Auto de Infração constante em processo administrativo, reduzindo o crédito reconhecido, em função de irregularidades constatadas na apuração do IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins.

E complementou a Fiscalização que, à luz dos fatos apurados no auto de infração, **concluiu-se que a decisão de deferir integralmente o pedido de ressarcimento deve ser revista de ofício de forma a reduzir o crédito** reconhecido, nos termos do art. 149 do Código Tributário Nacional.

Desse modo, algumas compensações declaradas não foram homologadas, em razão da insuficiência de créditos, outras foram parcialmente homologadas (até o limite do crédito remanescente das compensações anteriores) e outras totalmente homologadas.

Inconformada, a Recorrente defende, na Manifestação de Inconformidade, que se deve aguardar o trânsito em julgado da defesa apresentada em outro processo para concluir a análise efetuada nos autos sob exame, bem como requisita o apensamento destes autos ao processo acima mencionado e a suspensão da exigibilidade dos débitos constantes no processo sob análise.

Voto

Tratando-se de julgamento submetido à sistemática de recursos repetitivos na forma do Regimento Interno deste Conselho, reproduz-se o voto consignado na resolução paradigmática como razões de decidir:

Como se viu, a glosa de créditos pleiteados pela contribuinte decorre do Auto de Infração a que se refere o PAF n.º **13116.722722/2015-58**, no qual foram analisadas as contestações trazidas pela interessada em face dos lançamentos realizados. A defesa apresentada naquele processo foi objeto de decisão pela 4^a Turma da DRJ/REC, no Acórdão n.º 61.080, de 9 de novembro de 2018, que manteve integralmente as glosas de créditos da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins que haviam sido efetuadas.

Referido processo encontra-se, atualmente, no CARF, aguardando distribuição para alguma Seção de Julgamento.

Com efeito, a situação retratada consiste em hipótese de vinculação por decorrência, tratada pelo RICARF ao longo dos parágrafos de seu art. 6º, que têm como pressuposto a concepção de que as decisões a serem proferidas nos processos decorrentes devem fazer refletir o que fora decidido no processo principal. Veja-se (grifei):

Art. 6º Os processos vinculados poderão ser distribuídos e julgados observando-se a seguinte disciplina:

§1º Os processos podem ser vinculados por:

I - conexão, constatada entre processos que tratam de exigência de crédito tributário ou pedido do contribuinte fundamentados em fato idêntico, incluindo aqueles formalizados em face de diferentes sujeitos passivos;

II - decorrência, constatada a partir de processos formalizados em razão de procedimento fiscal anterior ou de atos do sujeito passivo acerca de direito creditório ou de benefício fiscal, ainda que veiculem outras matérias autônomas; e

III - reflexo, constatado entre processos formalizados em um mesmo procedimento fiscal, com base nos mesmos elementos de prova, mas referentes a tributos distintos.

(...)

§ 4º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do § 1º, se o processo principal não estiver localizado no CARF, o colegiado deverá converter o julgamento em diligência para a unidade preparadora, para determinar a vinculação dos autos ao processo principal.

§ 5º Se o processo principal e os decorrentes e os reflexos estiverem localizados em Seções diversas do CARF, o colegiado deverá converter o julgamento em diligência para determinar a vinculação dos autos e o sobrerestamento do julgamento do processo na Câmara, de forma a aguardar a decisão de mesma instância relativa ao processo principal.

§ 6º Na hipótese prevista no § 4º se não houver recurso a ser apreciado pelo CARF relativo ao processo principal, a unidade preparadora deverá devolver ao colegiado o processo convertido em diligência, juntamente com as informações constantes do processo principal necessárias para a continuidade do julgamento do processo sobrerestado. (...)

Note-se que o parágrafo 5º acima disposto determina a vinculação e – mais importante – o sobrerestamento do julgamento do processo decorrente para aguardar a decisão de mesma instância relativa ao processo principal, justamente para que seja possível reproduzir nos processos decorrentes aquilo que fora decidido no processo principal, evitando-se, assim, que a Administração produza respostas contraditórias.

Dito isso, defendo aguardar o trânsito em julgado do PAF n.º 13116.722722/2015-58, para se realizar a apuração dos créditos glosados, pois a glosa efetuada pela autoridade fiscal interferiu na PER n.º 07613.68944.290811.1.5.11-1088, consequentemente, gerando a revisão de ofício da decisão administrativa (PAF n.º 13116.900631/2015-60) e a respectiva multa isolada (PAF n.º 131166.720724/2016-93).

Deste modo, voto por converter o julgamento em diligência para determinar à Dipro/Cojul a vinculação dos autos do **processo principal** (PAF n.º 13116.722722/2015-58) ao presente processo decorrente (PAF

Fl. 4 da Resolução n.º 3401-002.762 - 3^a Sejul/4^a Câmara/1^a Turma Ordinária
Processo n.º 13116.900630/2015-15

nº 13116.900631/2015-60), assim como, solicitar o sobrerestamento do julgamento do presente processo até a decisão definitiva no CARF relativa ao **processo principal**.

Conclusão

Importa registrar que, nos autos em exame, a situação fática e jurídica encontra correspondência com a verificada na decisão paradigma, de sorte que as razões de decidir nela consignadas são aqui adotadas, não obstante os dados específicos do processo paradigma eventualmente citados neste voto.

Dessa forma, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 47 do Anexo II do RICARF, reproduz-se o decidido na resolução paradigma, no sentido de converter o julgamento em diligência para determinar à Dipro/Cojul a vinculação dos autos do processo principal nº 13116.722722/2015-58 ao presente processo decorrente, assim como, solicitar o sobrerestamento do julgamento do presente processo até a decisão definitiva no CARF relativa ao processo principal.

(documento assinado digitalmente)

Marcos Roberto da Silva – Presidente Redator